



ATA N.º 16

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Álvaro José Pato Azedo Alegria** -----

----- **Vereadores:** ----- **José Maria Prazeres Pós-de-Mina**-----

----- **Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola**-----

----- **André Albino Linhas Roxas**-----

----- **José Francisco Calado Banha**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

----- **Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio**-----

----- Esteve ausente a vereadora Ana Maria Charrama Farinho -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA** -----

----- De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi justificada a falta da vereadora Ana Maria Charrama Farinho à presente reunião. -----

----- **Substituições** -----

----- De acordo com os artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº5- A/2002 de 11 de janeiro foi convocado para substituir a vereadora Ana Maria Charrama Farinho, o vereador Joaquim António Senrada Simões. -----

----- A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Célia Patrícia Perfeito Caraça. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da ata referente à Reunião ordinária Pública da Câmara Municipal realizada a onze de abril de dois mil e dezoito-----

-----PRESIDÊNCIA -----

-----Informação do Presidente à Câmara Municipal-----

-----**011618** - Proposta de transferência de verba para a Junta da União de Freguesias de Moura e Santo Amador correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo-----

-----**021618** - Proposta de transferência de verba para a Junta da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo-----

-----**031618** - Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Amareleja correspondente ao Acordo de Cooperação e Contrato Interadministrativo--

-----**041618** - Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo-----

-----**051618** - Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Póvoa de S. Miguel correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo-----

-----DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----

-----**061618** - Proposta - Recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - 1 Assistente Operacional (Gestão Florestal)-----

-----**071618** - Proposta de Atribuição de Medalha de Bons Serviços do Município de Moura-----

-----DIVISÃO EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----**081618** - Proposta - Acordo de Cooperação - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar -----

-----**091618** - Proposta - Realização de Workshop "À conversa com as Eleitas do Poder Local" e respetivas despesas-----

-----**101618** - Proposta - Cedência de verba aos Agrupamentos Escolares de Moura e Amareleja para aquisição de Material Didático e Consumíveis de Informática - Ano Letivo 2017/2018-----

-----**111618** - Proposta - Plano de Transportes Escolares referente ao ano letivo 2018/2019-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA, INVESTIMENTO E TURISMO -----

-----**121618** - Para ratificação - Proposta de não exercício do direito de preferência no prédio rústico nº265, secção D da Junta da União de Freguesias de Moura e Santo Amador - Requerente: Leopoldo Ganchinho Prazeres -----

-----**131618** - Proposta de não exercício do direito de preferência no prédio sito na Rua da Boavista em Moura - Requerente: António Carrasco Bexiga -----

-----**141618** - Proposta - Alteração do horário de funcionamento dos Pavilhões de Exposições do Parque Municipal de Feiras - XV OlivoMoura/9ª Mostra de Aromas e Sabores-----

-----**151618** - Isenção de IMT - Emissão de parecer ao abrigo da Lei nº111/2015 de 27/08 - Requerente: Sociedade Agrícola Agroalqueva, Lda. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----Ao iniciar este período o Presidente da Câmara deu a palavra ao vereador André Linhas Roxas que tendo tido conhecimento da execução das obras que estariam a ser realizadas na Piscina Municipal, solicitou em nome dos vereadores da CDU ter acesso aos projeto das mesmas.-----

-----Interveio, seguidamente o vereador José Maria Pós-de-Mina fazendo referência a uma atividade que a Câmara Municipal teria agendada para o próximo dia um de maio, "Dia do Trabalhador". Neste âmbito transmitiu que os eleitos da



CDU não iriam estar presentes, contrariamente ao que sempre fizeram em anos anteriores, por entenderem que cabe aos próprios trabalhadores e às suas entidades representativas promover iniciativas para a comemoração desse dia. Acrescentou que, entendia que existisse por parte dos eleitos do P.S. uma perspectiva diferente face ao referido assunto, apesar de considerar tratar-se de um retrocesso de cerca de vinte em termos temporais, altura em que, por decisão do executivo da CDU o almoço de confraternização com os trabalhadores passou a ser realizado no dia vinte e quatro de junho, dia do Feriado Municipal. -----

-----Em resposta o Presidente da Câmara assumiu a diferença de perspectiva entre os eleitos sobre o referido assunto, disse ainda que apesar de considerarem a possibilidade dos trabalhadores realizarem iniciativas próprias ou através de estruturas sindicais ou das associações de trabalhadores, consideravam que o “Dia do Trabalhador” seria a melhor data para a Câmara Municipal se associar aos trabalhadores e promover um convívio entre os mesmos, dirigentes e eleitos. Concluiu, lamentando a ausência dos vereadores da CDU na referida iniciativa. -----

-----Pedi a palavra o vereador André Linhas Roxas para solicitar ao Presidente da Câmara que lhes desse conhecimento das conclusões resultantes da reunião ocorrida com a Secretária de Estado da Administração Interna. -----

-----Em explicação o Presidente da Câmara disse que na referida reunião foram colocadas todas as questões que haviam sido debatidas em reunião de Câmara antes da visita da Secretária de Estado. No que dizia respeito à P.S.P., a questão do número de efectivos a laborar teria ficado referenciada, visto que se encontram ao serviço trinta e sete agentes, número considerado insuficiente face às necessidades, não sendo possível confirmar quantos mais poderão ser colocados de futuro. Em relação às condições da esquadra, a Direção Nacional não teria considerado como prioritária a intervenção no espaço, no entanto foi acordado que a Câmara Municipal procederia ao levantamento da situação a intervir, e fá-lo-ia chegar ao conhecimento da Secretaria de Estado da Administração Interna, a fim de ser avaliada a possibilidade de disponibilização de verba para a intervenção, ainda no presente ano ou no próximo; no caso dos Postos Territoriais da G.N.R., a Secretária de Estado confirmou o não encerramento de nenhum dos postos do concelho, tendo ainda sido



discutido o número de efectivos da G.N.R., que designadamente em época de colheitas em que se realizam campanhas de segurança nesse âmbito, se verifica ser insuficiente. Frisou ainda que, pretendia trazer ao conhecimento dos vereadores da CDU o relatório de levantamento para a intervenção da Esquadra da P.S.P., possibilitando a discussão da segurança do concelho, o qual considera ser, ainda um concelho seguro, no entanto entende que se torna necessário pressionar a tutela para que assim tal se mantenha. -----

-----O vereador André Linhas Roxas questionou o facto do Presidente da Câmara não ter referido a assinatura de um Contrato Local de Segurança, segundo notícia vinculada pela imprensa local, e interrogou ainda se este teria competência para a aprovação imediata desse documento. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que não foi assinado qualquer documento, nem o Presidente da Câmara teria competência para o mesmo. Esclareceu que no entanto estariam a trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado da Administração Interna para no futuro conseguir vir a firmar o referido contrato, o qual teria de ser sujeito à apreciação e aprovação da Câmara Municipal e seguidamente da Assembleia Municipal de Moura. -----

-----No uso da palavra, o vereador José Maria Pós-de-Mina mencionou que no âmbito da inauguração da Feira do Livro, a nota de imprensa da Câmara Municipal referia a presença do Presidente da Câmara, da vereadora Lurdes Balola e do Técnico responsável pelos serviços da Biblioteca, o que levantaria a questão insólita, de que os vereadores da CDU eram invisíveis, já que os vereadores André Linhas Roxas e Ana Farinho teriam estado presentes na referida inauguração, não tendo sido referenciados. -----

-----Expressando as suas desculpas pelo acontecido o Presidente da Câmara afirmou que sempre que os vereadores estão presentes em eventos em que participa faz questão de o fazerem em conjunto, tal como em todos os que se venham a realizar no futuro. -----

-----No uso da palavra o vereador Joaquim Simões cumprimentou todos os presentes, mencionado que era com muito prazer que se encontrava presente na reunião, desta vez numa perspectiva diferente daquela em que se encontrara no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

último mandato. No que diz respeito à intervenção em curso no Pavilhão Gimnodesportivo, pretendia saber qual seria o ponto da situação, se a mesma teria sido apenas a nível do piso, há quanto tempo decorria, se existia data prevista para terminar ou se já teria terminado. Pediu ainda que, caso estivesse em poder da Câmara Municipal o relatório do LNEG, o mesmo lhe fosse facultado.-----

-----Neste âmbito o Presidente da Câmara disse que devido ao problema que o piso apresentava foram accionadas as garantias da obra, e os técnicos da empresa avaliaram a situação, tendo considerado que deveriam intervir mais alargadamente devido aos problemas que o piso apresentava, o que levou a que o tempo de execução da obra fosse mais longo do que o esperado. No mesmo espaço de tempo a análise de despiste da bactéria da Legionela, a qual se realiza com regularidade aos balneários do Pavilhão Gimnodesportivo, apresentou um resultado positivo, o que levou a que os mesmos fossem encerrados e que continuem nessa situação até que se confirme através de novas análises, de curto e longo prazo, que não existirá qualquer risco para os utilizadores, trabalho que se encontra a ser desenvolvido em parceria com os serviços de Saúde de Moura e Beja. Afirmou que, aproveitando o encerramento do Pavilhão estariam a ser realizados trabalhos de manutenção, indispensáveis para o bom funcionamento do mesmo. Concluiu, informando que o piso estaria apto a ser utilizado e que no próximo fim-de-semana iria decorrer um torneio de voleibol, tendo as equipas ao seu dispor os balneários da Piscina Coberta, situação que continuaria assim até que fosse dada total segurança para a utilização dos balneários do Pavilhão Gimnodesportivo. -----

-----Na sequência dos documentos entregues aos vereadores da CDU, o vereador André Linhas Roxas questionou o Presidente da Câmara no sentido de esclarecer que tipo de projeto seria o “Centro de Apoio Educativo e Social” que a Câmara Municipal pretendia desenvolver na antiga Escola de Trânsito.-----

-----O Presidente da Câmara explicitou que o projecto estaria ainda a ser preparado, e que esse surgia na necessidade de requalificar um espaço que estaria obsoleto e que não servia os interesses das crianças nem da comunidade escolar, tendo como objetivo principal criar um espaço que juntasse a componente desportiva e educativa, recorrendo ao apoio de fundos comunitários. Frisou que logo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que o projeto estivesse elaborado faria questão do fazer chegar ao conhecimento dos vereadores da CDU, para possíveis contributos que estes lhes pudessem acrescentar. -----

-----Para clarificar uma intervenção anterior, o vereador José Maria Pós-de-Mina disse que a informação sobre a assinatura do Contrato Local de Segurança teria sido vinculada pela Nota de Imprensa da Câmara Municipal. No âmbito dos novos acordos firmados com as Juntas de Freguesia, o vereador voltou a solicitar que lhes fosse facultada informação sobre os critérios e as verbas a atribuir, para contrapor com os cálculos realizados pelos vereadores da CDU, no entanto aquilo que lhes foi remetido foram os critérios que estão nos protocolos, aquilo que solicitaram teria sido o valor estimado por cada freguesia. Sendo que o valor total a atribuir ao conjunto de freguesias, será de trezentos e quarenta mil euros, pretendiam saber o valor específico a atribuir a cada uma delas. O Presidente da Câmara afirmou que tal informação específica ser-lhes-ia remetida. -----

-----No que concerne ao Movimento Associativo, o vereador Joaquim Simões solicitou informação sobre a conta corrente das entidades, considerando todas as verbas atribuídas referentes ao ano de dois mil e dezoito, tendo o Presidente respondido que a vereadora Lurdes Balola faria chegar aos vereadores da CDU a informação solicitada.-----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina frisou que iria voltar a referir um assunto já anteriormente discutido, por entender que o mesmo não se encontrava totalmente esclarecido, o qual dizia respeito à reunião decorrida na Câmara Municipal de Moura no passado dia cinco de fevereiro com alguns presidentes de câmara do partido socialista. Procedeu à leitura de um trecho da ata da Câmara Municipal de Mértola, da reunião realizada no dia sete de março, que mencionava que os vereadores da CDU nessa câmara, solicitavam esclarecimentos sobre a referida reunião, à qual o Presidente confirmava ter estado presente e esclarecia que ter-se-ia tratado de uma reunião entre presidentes de câmara e eleitos no sentido de articular trabalho tendo informado que lhes teria sido enviada convocatória e agenda de trabalhos dos assuntos a discutir, nomeadamente a discussão da associação para as águas, entre outros. Considerando esta informação, o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

inquiriu se o Presidente da Câmara teria ditado telefonicamente a agenda de trabalhos da reunião aos convidados, sendo que quando questionado anteriormente sobre o envio de convocatória, teria dito que a mesma tinha sido realizada de forma informal e por telefone. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou que reiterava o que havia dito, e não existia ambiguidade naquilo que havia transmitido anteriormente, quando questionado sobre o assunto. -----

----- O vereador André Linhas Roxas pediu a palavra, tendo solicitado o pedido da informação actualizada sobre a reprogramação da Câmara Municipal relativamente às novas acções contempladas na proposta da primeira Revisão ao Orçamento, discutidas na última reunião de Câmara e ainda o acesso à documentação que serviu de suporte às reuniões com CLAS – Conselho Local de Acção Social de Moura e com o CMEM – Conselho Municipal de Educação de Moura. Informou que os vereadores pretendiam realizar uma outra visita aos serviços da Câmara Municipal e aos funcionários da mesma, inquirindo se seria necessário formalizar o pedido por escrito. -----

----- Em resposta à questão colocada sobre a visita aos serviços da Câmara Municipal, o Presidente transmitiu, que poderiam considerá-la agendada e visitar livremente os serviços. Prosseguiu dando conta da entrega do programa e Cartaz da XV Olivomoura / 9ª Mostra de Aromas e Sabores, expressando o convite aos vereadores da CDU, para estarem presentes na inauguração da referida feira. Seguidamente, passou a palavra à vereadora Lurdes Balola que informou que iria sair em comunicado a informação que o Museu Arqueológico de Municipal iria encerrar, em virtude do estado de degradação em que se encontra, não dignificando assim o espólio ali exposto. Acrescentou que iria ser inaugurada no antigo Matadouro Municipal, uma exposição sobre a Escrita no Baixo Alentejo, e ainda que estaria a ser preparada uma exposição permanente do Espólio Municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO CATORZE DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA DIA ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO.

Foi presente para aprovação a ata número catorze da reunião ordinária pública da Câmara Municipal realizada dia onze de abril de dois mil e dezoito.

DELIBERADO POR MAIORIA COM SEIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO DO VEREADOR JOAQUIM ANTÓNIO SENRADA SIMÕES POR NÃO TER ESTADO PRESENTE NA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO.

RESUMO DIÁRIO

Foi presente resumo diário n.º 73, da Tesouraria, referente ao dia 23/04/2018, que regista um saldo de 405.303,57, (Quatrocentos e cinco mil, trezentos e três euros e cinquenta e sete cêntimos), em Operações Orçamentais.

TOMADO CONHECIMENTO

PRESIDÊNCIA

Informação do Presidente à Câmara Municipal

Foi presente informação sobre as atividades desenvolvidas quinzenalmente pelo Presidente da Câmara e pelos vereadores do PS.

TOMADO CONHECIMENTO

Proposta de transferência de verba para a Junta da União de Freguesias de Moura e Santo Amador correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo

011618



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente proposta de transferência de verba para a Junta da União de Freguesias de Moura e Santo Amador correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO VALOR DE 7.183,85€ (SETE MIL CENTO E OITENTA E TRÊS EUROS E OITENTA E CINCO CÊNTIMOS), PARA A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR CORRESPONDENTE AOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. -----

-----Proposta de transferência de verba para a Junta da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo -----

-----021618

-----Foi presente proposta de transferência de verba para a Junta da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO VALOR DE 20.460,17€ (VINTE MIL QUATROCENTOS E SESENTA EUROS E DEZASSETE CÊNTIMOS), PARA A UNIÃO DE FREGUESIAS DE SAFARA E SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO CORRESPONDENTE AOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. -----

-----Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Amareleja correspondente ao Acordo de Cooperação e Contrato Interadministrativo-----031618

-----Foi presente proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Amareleja correspondente ao Acordo de Cooperação e Contrato Interadministrativo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO VALOR DE 11.598,03€ (ONZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO EUROS E TRÊS CÊNTIMOS), PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE AMARELEJA CORRESPONDENTE AO ACORDO DE COOPERAÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO.**-----

-----**Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo**-----**041618**

-----Foi presente proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO VALOR DE 8165,60€ (OITO MIL CENTO E SESSENTA E CINCO EUROS E SESSENTA CÊNTIMOS), PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA CORRESPONDENTE AOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO.**-----

-----**Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Póvoa de S. Miguel correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo**-----

-----**051618**

-----Foi presente proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Póvoa de S. Miguel correspondente aos Acordos de Cooperação, Execução e Contrato Interadministrativo.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA NO VALOR DE 8.220,22€ (OITO MIL DUZENTOS E VINTE EUROS E VINTE E DOIS CÊNTIMOS), PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE S. MIGUEL CORRESPONDENTE AOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**-----



-----**DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS**-----

-----**Proposta - Recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - 1 Assistente Operacional (Gestão Florestal)**-----**061618**

-----Foi presente proposta da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado referente a um posto de trabalho de Assistente Operacional (Gestão Florestal).-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (GESTÃO FLORESTAL), EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO.**-----

-----**Proposta de Atribuição de Medalha de Bons Serviços do Município de Moura**------**071618**

-----Foi presente proposta Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos para atribuição de Medalha de bons serviços aos funcionários mencionados na referida proposta.-----

-----Neste âmbito o Presidente da Câmara manifestou o seu apreço pelo trabalho realizado pelos funcionários que estariam referenciados para este evento.---

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE BONS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MOURA AOS TRABALHADORES MENCIONADOS NA PRESENTE PROPOSTA.**-----

-----**DIVISÃO EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**-----



-----Proposta - Acordo de Cooperação - Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar-----

-----081618

-----Foi presente proposta da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social no âmbito das competências do município no que se refere à colaboração no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, para aprovação do anexo ao Acordo de Cooperação para o Pré-Escolar, relativamente ao ano letivo de 2017/2018.- -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O PRÉ-ESCOLAR RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2017/2018 REFERENTE AO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. -----

-----Proposta - Realização de Workshop "À conversa com as Eleitas do Poder Local" e respetivas despesas -----

-----091618

-----No âmbito da perspectiva de género em todos os domínios de ação do Município e dos objectivos e ações do Plano de Apoio às Trabalhadoras do Município de Moura, foi presente para aprovação a realização do Workshop "À conversa com as Eleitas do Poder Local" a realizar dia dezassete de maio bem como as respetivas despesas. -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A REALIZAÇÃO DO WORKSHOP "À CONVERSA COM AS ELEITAS DO PODER LOCAL", BEM COMO AS RESPETIVAS DESPESAS NO VALOR DE 1.000€ (MIL EUROS).-----

-----Proposta - Cedência de verba aos Agrupamentos Escolares de Moura e Amareleja para aquisição de Material Didático e Consumíveis de Informática - Ano Letivo 2017/2018 -----

-----101618

-----No âmbito da valorização do ensino e do apoio às escolas, foi presente para aprovação a atribuição de verba aos Agrupamentos Escolares de Moura e Amareleja



para aquisição de Material Didático e Consumíveis de Informática referente ao Ano Letivo de 2017/2018.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A CEDÊNCIA DE VERBA NO VALOR DE 15.816,50€ (QUINZE MIL OITOCENTOS E DEZASSEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) AOS AGRUPAMENTOS ESCOLARES DE MOURA E AMARELEJA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E CONSUMIVÉIS DE INFORMÁTICA PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.**-----

-----**Proposta - Plano de Transportes Escolares referente ao ano letivo 2018/2019**-----**111618**

-----No âmbito das competências do município no que se refere à organização e gestão dos transportes escolares, foi presente para aprovação proposta da Divisão de Habitação, Educação e Desenvolvimento Social para aprovação do Plano de Transportes Escolares referente ao ano letivo 2018/2019.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DO ANO LETIVO DE 2018/2019 E RESPETIVAS DESPESAS NO VALOR DE 171.922,70€ (CENTO E SETENTA E UM MIL NOVECENTOS E VINTE E DOIS EUROS E SETENTA CÊNTIMOS).**-----

-----**DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA, INVESTIMENTO E TURISMO**-----

-----**Para ratificação - Proposta de não exercício do direito de preferência no prédio rústico nº265, secção D da Junta da União de Freguesias de Moura e Santo Amador - Requerente: Leopoldo Ganchinho Prazeres**-----

-----**121618**

-----Foi presente para ratificação decisão do Presidente da Câmara exarada na Informação N°444/2018 da Divisão de Planeamento, Gestão Urbanística, Investimento e Turismo de não exercício do direito de preferência na venda do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

prédio rústico nº265, secção D da Junta da União de Freguesias de Moura e Santo Amador em que é requerente Leopoldo Ganchinho Prazeres pelo valor 17.000,00€ (dezassete mil euros). -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A DECISÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DATADA DE 10/04/2018, EXARADA NA INFORMAÇÃO Nº444/2018 DA DPGUIT, DE NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRÉDIO RÚSTICO COM O Nº265, SECÇÃO D, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM QUE É REQUERENTE LEOPOLDO GANCHINHO PRAZERES NO VALOR DE 17.000,00€ (DEZASSETE MIL EUROS). -----

-----Proposta de não exercício do direito de preferência no prédio sito na Rua da Boavista em Moura - Requerente: António Carrasco Bexiga-----

-----131618

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara exarada na Informação Nº491/2018 da Divisão de Planeamento, Gestão Urbanística, Investimento e Turismo de não exercício do direito de preferência na venda do prédio urbano sito na Rua da Boavista Nº7 em Moura, em que é requerente António Carrasco Bexiga pelo valor de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros). -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EXARADA NA INFORMAÇÃO Nº491/2018 DA DPGUIT, DE NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DA BOAVISTA Nº7 EM MOURA, INSCRITO NA MATRIZ COM O Nº1714, INSERIDO EM “ZONA DE EXPANSÃO DOS SÉCULOS XVIII E XIX” DO PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MOURA, ABRANGIDO AINDA PELA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AO “TROÇO Nº1 DAS MURALHAS MODERNAS”, EM QUE É REQUERENTE ANTÓNIO CARRASCO BEXIGA NO VALOR DE 35.000,00€ (TRINTA E CINCO MIL EUROS). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta - Alteração do horário de funcionamento dos Pavilhões de Exposições do Parque Municipal de Feiras - XV OlivoMoura/9ª Mostra de Aromas e Sabores -----141618

-----Foi presente proposta da Divisão de Planeamento, Gestão Urbanística, Investimento e Turismo, exarada na Informação Nº 510/2018 para alteração do horário de funcionamento dos Pavilhões de Exposições do Parque Municipal de Feiras - XV OlivoMoura/9ª Mostra de Aromas e Sabores.-----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS PAVILHÕES DE EXPOSIÇÕES DO PARQUE MUNICIPAL DE FEIRAS NA XV OLIVOMOURA / 9ª MOSTRA DE AROMAS E SABORES ATRAVÉS DA ABERTURA DOS MESMOS ENTRE AS TREZE HORAS E AS QUINZE HORAS NOS DIAS ONZE, DOZE E TREZE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

-----Isenção de IMT - Emissão de parecer ao abrigo da Lei nº111/2015 de 27/08 - Requerente: Sociedade Agrícola Agroalqueva, Lda.-----

-----151618

-----Foi presente parecer jurídico referente ao pedido de isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Transações requerido pela Sociedade Agrícola Agroalqueva, Lda. -----

-----Em relação ao documento em apreciação, o vereador José Maria Pós-de-Mina questionou o facto de não existir no processo um parecer da DRAP - Direção Geral de Agricultura e Pescas, e por esse motivo os vereadores da CDU seriam de opinião que o documento deveria ser retirado da ordem de trabalhos, por entenderam que cabe a essa entidade emitir o parecer se o referido emparcelamento contribuiria para melhorar a estrutura fundiária da exploração. Salientou que, aquando da apreciação do Relatório e Contas na passada reunião de Câmara teria sido exaustivamente debatida a questão das dificuldades financeiras com as quais a Câmara Municipal se depara, frisou que considera importante atrair empresários para o concelho e que esses contribuíssem para o desenvolvimento local, nomeadamente com o pagamento dos seus impostos, no entanto verifica-se a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

insensibilidade de alguns empresários, ainda que no exercício dos seus direitos, tendo em conta os problemas atrás referidos-----

-----O Presidente da Câmara afirmou que apesar dos problemas de tesouraria da Câmara Municipal, entendia que o pedido de isenção de IMT, por parte dos empresários, se trataria de um direito que os assiste, tendo acrescentado que não seria a primeira vez e certamente não seria a última, que um documento daquela natureza seria discutido em reunião. Mencionou ainda que pretendia ter um município "amigo" das empresas, contribuindo para torná-las mais competitivas. Seguidamente passou a palavra à chefe da DPGUIT, para que esta pudesse dar todas as explicações técnicas sobre o referido assunto. -----

-----A Técnica, Chefe da Divisão de Planeamento Gestão Urbanística Investimento e Turismo disse que, relativamente ao parecer que decorre do regime da reestruturação fundiária, o Município deve emitir um parecer em paralelo com a Direção Regional da Agricultura e Pescas, sendo que a decisão final depende do chefe de finanças. No caso em particular tratava-se de pequenas courelas as quais se pretendiam emparcelar, para melhorar, não só a forma em termos de estruturação fundiária como a rentabilidade económica e agrícola das mesmas. Afirmou que esse teria sido sempre o procedimento, em todos os pareceres emitidos nesse âmbito, sendo essa a coerência da atuação, respeitando um conjunto de critérios, tendo esse processo em particular, surgido nessa sequência de atuação do Município. Garantiu que teriam sido apresentados todos os documentos instrutórios, não só os exigíveis, mas que permitiam a boa compreensão da utilidade dessas parcelas. Salientou, que o próprio Regime da Estruturação Fundiária determina que deve até ser o Chefe de Finanças a iniciar esse processo de emparcelamento junto da DGT - Direção Geral do Território, nomeadamente para regularizar a forma das parcelas para que fiquem mais regulares e melhorar o funcionamento e as actividades que podem ocorrer na referida exploração. Concluiu afirmando que desde a regulamentação do diploma, em meados de dois mil e dezasseis, todos os pareceres emitidos pelo Município foram nesse sentido. -----

-----Novamente no uso da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina, disse que estariam a discutir um caso em concreto, afirmando que nada obrigaria a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA



Câmara Municipal a odotar o procedimento habitual, sendo que se tratava do primeiro caso nesse âmbito no atual mandado. Considerando que o pedido de isenção de IMT teria sido feito ao abrigo do melhoramento da estrutura fundiária, caberia à DRAP, emitir o seu parecer com base no solicitado, sendo que esse viria até no sentido de salvaguardar a posição da Câmara Municipal. Explicitou que ficariam numa posição mais confortável se estivesse anexo o parecer da DRAP justificando o pedido. Referiu que se o documento tivesse ido a reunião de Câmara, com o parecer da entidade não teriam qualquer problema em o votar favoravelmente, caso o parecer não seja solicitado não se sentiam confortáveis para realizarem a votação da matéria, por entenderem não ser possível dissociar do pedido os envolvidos no processo. -----

-----O Presidente da Câmara devolveu a palavra à Chefe da DPGUIT, para que esta clarificasse alguns pontos da referida matéria, tendo a mesma esclarecido que de acordo com o Regime Jurídico da Reestruturação Fundiária existem três situações, sendo que aquele que estaria a ser discutido é considerado o caso mais simples, dado que a própria lei aconselha que haja por parte do serviço de finanças uma identificação desses casos e que seja oficiosamente o serviço de finanças a proceder a esse emparcelamento para um melhor ordenamento do território. Referiu que foi realizada uma reunião com um técnico da DRAP, com o objectivo dos serviços municipais poderem estar mais fundamentados para a emissão de pareceres nesse âmbito. Acrescentou não ser impeditivo o facto de não existir no processo um parecer prévio da DRAP, que o Município possa emitir o seu parecer, porque o mesmo não é obrigatório por lei, questão que poderia ser confirmada com as juristas da Câmara Municipal. Em conclusão referiu que o procedimento instituído deve ser cumprido de forma a prestar um serviço igual a todos os munícipes. -----

-----Pedi para intervir o vereador José Maria Pós-de-Mina para esclarecer que não poria em causa o que havia sido dito, reconhecendo não ser obrigatório que constasse do processo o parecer da DRAP, no entanto aquilo que os vereadores da CDU defendiam seria que nesse processo em particular, a Câmara Municipal ficaria numa posição mais confortável se este tivesse sido emitido e constasse no processo, por ser responsabilidade da DRAP confirmar se o pedido cumpre ou não



os requisitos para o emparcelamento da estruturação fundiária, não cabendo à Câmara Municipal auferir nesse sentido, considerando que a existência de um parecer positivo da DRAP deixaria a Câmara Municipal numa posição mais confortável face à Autoridade Tributária. Frisou que, o que pretendiam não seria que a Câmara deliberasse contra a emissão de parecer favorável mas sim que tivesse documentação a fundamentar a emissão desse parecer favorável. -----

-----Em resposta à intervenção do vereador José Maria Pós-de-Mina, o Presidente da Câmara disse que do ponto de vista técnico a posição da Câmara estaria bem defendida, sendo que a decisão final caberia ao serviço de finanças após conhecimento do parecer da Câmara Municipal e seguidamente do parecer da DRAP. Questionou ainda se toda aquela discussão à volta do mesmo tema não seria em consequência da empresa que solicitava a isenção do IMT, ter como accionista o vereador Manuel Bio. -----

-----O vereador José Maria Pós-de-Mina disse que a posição dos vereadores da CDU seria precisamente a contrária, seria de salvaguardar a posição da Câmara Municipal e do executivo para que no futuro não fosse questionada a decisão tomada. -----

-----O Presidente da Câmara colocou a votação o referido documento. -----

-----DELIBERADO POR MAIORIA DE TRÊS VOTOS A FAVOR, E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMT REQUERIDO PELA SOCIEDADE AGRÍCOLA AGROALQUEVA, LDA. -----

----- (Por impedimento legal não participou na discussão e votação da matéria o vereador Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio). -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período o Presidente da Câmara deu a palavra ao munícipe Manuel Martinho Lavaredas Bio, que iniciou a sua intervenção para clarificar algumas questões que teriam sido suscitados na discussão do pedido de Isenção de IMT, por parte da empresa Sociedade Agrícola Agoalqueva, Lda., na qual é accionista.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Referiu que enquanto gestor de várias empresas nunca deixaria de fazer uma optimização fiscal das mesmas, no entanto enquanto vereador a meio tempo, na Câmara Municipal de Moura nunca deixaria de defender os interesses da mesma. Saliu ainda que, as empresas que gere contribuem positivamente para o concelho, em virtude de todas elas terem a sua sede fiscal no concelho de Moura, realizando neste o pagamento do seus impostos, nomeadamente o IRC. Acrescentou que se neste caso em particular com a isenção do IMT, a empresa pouparia entre duzentos ou trezentos euros, no entanto enquanto empresário estaria a equacionar uma aquisição que poderia vir a contribuir para o Município com o montante de cinquenta mil euros em pagamento de IMT.-----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e cinco minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 24 de abril de 2018

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____